



XVII ENANPUR

SÃO PAULO • 2017



Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (EPUCS): uma busca pelo conforto urbano

Oficina del Plan de Urbanismo de la Ciudad de
Salvador: una búsqueda por el confort urbano

*Sanane Santos Sampaio, Instituto de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade de São Paulo,
sanane_sampaio@yahoo.com.br*

RESUMO

A partir de reflexões feitas por François Beguin no artigo “As maquinarias inglesas do conforto”, trazemos considerações a respeito do plano de desenvolvimento urbano elaborado pelo Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (EPUCS) entre os anos 1942 e 1947. Beguin trata de pesquisas elaboradas no séc. XIX sobre o meio urbano industrial e como tais investigações teriam contribuído na formulação de ideias de cunho técnico-sanitarista que transformaram a maneira com que a cidade e o habitat foram sendo transformados e remodelados. Verificam-se aproximações entre as ponderações postas por Beguin sobre a cidade e o urbanismo do séc. XIX e ideias e propostas desenvolvidas pelo EPUCS para problemas de conforto urbano, saneamento e habitação, as quais foram feitas a partir de ampla pesquisa social, econômica, geográfica e ambiental sobre o meio urbano soteropolitano. Com isso, buscamos contribuir na compreensão da principal e mais rica experiência de planejamento urbano do séc. XX proposta para a capital baiana.

Palavras Chave: EPUCS; Salvador; conforto; sanitarismo; habitat.

RESUMEN

Traemos en este artículo consideraciones acerca del plan de desarrollo urbano preparado por la Oficina del Plan Urbano de la Ciudad de Salvador entre 1942 y 1947 a partir de las reflexiones realizadas por François Beguin en el artículo "As maquinarias inglesas do conforto". Beguin trata de pesquisas hechas sobre el medio urbano de la Primera Revolución Industrial y como estas investigaciones habrían contribuido en la manera con que la ciudad y el hábitat fueran siendo reestructurados y remodelados a partir de ideas técnico-sanitarias. Vemos aproximaciones entre las consideraciones colocadas por Beguin acerca de la ciudad y el urbanismo del siglo XIX e ideas y propuestas desarrolladas por la Oficina para problemas de confort urbano, saneamiento y la vivienda, las cuales fueran hechas a partir de amplia investigación sobre el medio urbano de Salvador. Con esto, buscamos contribuir en la comprensión da la principal y más rica experiencia de planeamiento urbano del sigo XX propuesta para la capital baiana.

Keywords/Palabras Clave: EPUCS; Salvador; conforto; sanitarismo; habitat

INTRODUÇÃO

A discussão aqui trazida trata de alguns aspectos do plano de urbanismo elaborado para Salvador entre 1942 e 1947 pelo Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (EPUCS), tendo, como ponto de partida, reflexões trazidas por François Beguin sobre a cidade do século XIX no artigo “As maquinarias inglesas do conforto”, publicado pela primeira vez em 1977 na revista *Recherches*, e traduzido para o português em 1991.

A transformação das cidades no século XIX foi impulsionada, em primeiro nível, pelas profundas alterações provocadas pela Revolução Industrial, e, num segundo nível, pelas observações e pesquisas que expuseram a situação de degradação física e social em que vivia a classe trabalhadora, situação esta também decorrente do impacto das indústrias. O foco de Beguin está em debater aspectos deste segundo momento e, nas considerações aqui trazidas, tentamos traçar linhas de interlocução entre a experiência de planejamento do EPUCS e as marcantes mudanças ocorridas na maneira de se abordar o problema urbano que reverberou no mundo ocidental a partir das cidades inglesas.

Em “As maquinarias inglesas do conforto” Beguin discute pesquisas realizadas na primeira metade do séc. XIX sobre o habitat e as condições de habitabilidade, averiguando “como categorias médicas, econômicas e a aritmética reduzem a cidade e a casa a dados puramente técnicos, a números” (p. 39), dando especial atenção à ampla investigação realizada por Edwin Chadwick¹. O autor constata que o trabalho de Chadwick dá fôlego a uma mudança de postura em relação à abordagem e à interpretação dos problemas que emergem na cidade com a Revolução Industrial, especialmente no que diz respeito às condições de salubridade. Beguin busca entender o sentido desta alteração e como isso teria influído na redefinição da morfologia da cidade, nas novas exigências, condições e equipamentos de conforto urbano e, ainda, no estabelecimento de uma política do habitat e de saúde pública. Tudo isso teria sido direcionado pelo Estado, agente que teria as condições de exercer controle sobre o saneamento urbano e sobre as maneiras de morar.

Tais questões, dada substancial influência no urbanismo dos séculos XIX e XX, as quais reverberam ainda hoje, vêm sendo constantemente retomadas, tendo as análises sobre elas expandidas, atualizadas e relacionadas com diversas ideias e experiências do campo do urbanismo. Nesse sentido, trazemos à discussão a experiência ímpar que se deu na cidade de Salvador com as pesquisas e propostas elaboradas para esta cidade pelo EPUCS, buscando tratar mais de perto a relação entre as investigações realizadas por este Escritório e as ideias que subsidiavam o modo com que os problemas de saneamento e da habitação eram abordados.

CIÊNCIA, EPUCS E A BUSCA PELO CONFORTO EM SALVADOR

Beguin nos lembra de que, na década de 40 do séc. XIX, começa a tomar corpo, a partir da Inglaterra, um modo de pensar e de agir sobre a cidade que pressupunha a realização de investigações sobre as condições do habitat da classe trabalhadora. Esta abordagem tinha como fundamento pesquisas sobre a incidência de doenças, as condições de higiene, a inadequação social, o ambiente em que o local de moradia se inseria, e, ainda, as “formas físicas através das quais os fluidos e as práticas poderão ser canalizados e regulados” (Beguin, 1991, p. 39). Ainda segundo o autor, havia então um esforço para compreender estas questões a partir de

¹ Edwin Chadwick (1800-1890) foi defensor de significativas reformas na saúde pública. O documento *The sanitary report*, elaborado a partir de suas investigações, deu base à instituição, em 1848 na Inglaterra, da *Public Health Act*.

levantamentos técnicos e quantitativos e para verificar como e em que medida elas influenciavam a ocorrência de enfermidades e o comportamento social.

É também no século XIX que se constituiu o reconhecimento científico das patologias urbanas que incidem diretamente sobre as habitações, ao tempo em que se inaugura uma nova lógica de salubridade, inspirada, de acordo com Beguin (1991), nas grandes obras de infraestrutura da Roma antiga, na descoberta da circulação sanguínea e nos progressos dos meios técnicos. Isso configura um lastro que conduzirá a proposição e construção de obras de saneamento, que impactarão de maneira notável a forma urbana e o comportamento social nas cidades.

Como dito, a principal referência utilizada por Beguin é a extensa pesquisa sobre as condições de vida da classe trabalhadora dirigida por Chadwick entre 1839 e 1942, a qual resultou no documento *The sanitary report*. Chadwick está entre os principais atores que se incluem num grupo de pensadores, que, nas palavras de Choay (2007),

São inspirados por sentimentos humanitários: são dirigentes municipais, homens da Igreja, principalmente médicos e higienistas, que denunciam, com o apoio de fatos e números, o estado de deterioração física e moral em que vive o proletariado urbano. Publicam série de artigos em jornais e revistas, particularmente na Inglaterra, onde a situação é mais aguda; é sob a influência deles que, nesse país, serão nomeadas as célebres Comissões Reais de pesquisa sobre a higiene, cujos trabalhos, publicados sob forma de Relatórios ao Parlamento, forneceram uma soma insubstituível de informações sobre as grandes cidades dessa época e contribuíram para a criação da legislação inglesa do trabalho e da habitação. (p. 5)

O trabalho de Chadwick se torna um ponto de inflexão no pensamento sobre a cidade e nas maneiras de agir do ponto de vista do urbanismo ao confirmar “a relação entre insalubridade e as más condições de habitação e uma taxa de mortalidade elevada, uma baixa esperança de vida e a doença” (Beguin, 1991, p. 40). E também ao relacionar, de forma pioneira, a precariedade das condições de moradia e o ambiente onde a casa se insere e o custo social e econômico decorrente de tal situação. A propagação das conclusões contidas no documento *The sanitary report* ajudaram, ao longo do séc. XIX e primeira metade do séc. XX, a dar corpo e fundamento às reformas na saúde pública e às intervenções de cunho sanitarista que remodelaram cidades da Europa e América. Reproduzindo um trecho deste relatório citado por Beguin (1991):

‘Os fatos demonstram a importância política e moral destas considerações, a saber: que os ambientes físicos insalubres deterioram a saúde e o estado físico da população; que, por isso mesmo, eles agem como obstáculos à educação e ao desenvolvimento moral; que diminuindo a esperança de vida da população operária adulta, eles agem como obstáculos à educação e ao desenvolvimento moral; que diminuindo a esperança de vida da população operária adulta, eles interrompem o crescimento das capacidades produtivas e diminuem o capital social e moral da comunidade; que eles substituem uma população que acumula e conserva a instrução, que melhora constantemente, por uma população que é jovem, ignorante, crédula, apaixonada e perigosa, como resultado de sua inclinação permanente à degradação física e moral’. (p. 40)

Na Bahia, ideias como estas vão sendo absorvidas durante as primeiras décadas do séc. XX, se apresentando, pela primeira vez, de maneira consistente e congruente a dimensões mais amplas do pensamento urbanístico durante a I Semana de Urbanismo de 1935. Este foi um evento promovido por uma Comissão criada para elaborar um plano de urbanização para Salvador, tendo por objetivo tornar público e discutir os trabalhos por ela realizados ao longo do ano de 1935. Tais

trabalhos foram desenvolvidos por 15 subcomissões, dentre as quais destacamos duas²: Água, esgotos e limpeza pública; e Saúde Pública, “intrução”, gêneros alimentícios, hospitais, assistência, eugenia e “hygiene” rural. Tem-se, ainda, que alguns dos problemas abordados durante a Semana foram a tuberculose, a insalubridade das habitações, a falta de saneamento e a inadequação viária.

Buscou-se construir, ao longo deste evento, um entendimento que possibilitasse uma expansão racional e metódica da capital baiana, estabelecendo bases mínimas para a elaboração de seu plano urbanístico. Segundo Fernandes (2014), “uma cultura urbanística adensada já se fazia presente em Salvador naquele momento e a Comissão do Plano buscou dar conta disso em seu esforço de sistematização de concepções e experiências e de construção de alternativas para a cidade” (p.44).

Foi na I Semana de Urbanismo onde se iniciaram reflexões e articulações que resultaram na contratação, em 1942, do engenheiro e urbanista Mario Leal Ferreira (1895-1947) para elaborar um plano de urbanismo para Salvador³. Nesse momento, as conclusões de Chadwick sobre a relação entre conforto e salubridade do meio urbano, adequação da moradia, saúde pública e economia já era um pressuposto dado no urbanismo brasileiro. Na Bahia, a elaboração do plano do EPUCS é, certamente, o momento em que tais pressupostos são validados em ampla pesquisa sobre Salvador, sendo tratados de maneira mais complexa e com articulações mais íntimas e profundas com outras dimensões de estruturação da cidade, como comunicação viária, zoneamento, parâmetros de ocupação e sistema de áreas verdes.

O EPUCS é a experiência de planejamento mais importante para Salvador desde início do séc. XX, influenciando diretamente planos subsequentes realizados para esta cidade até, pelo menos, a década de 1980. Problematiza e equaciona as

principais questões do desenvolvimento urbano por ele [EPUCS] levantadas: a articulação regional, o duplo sistema de deslocamentos – o de avenidas de vale e o das cumeadas –, os aspectos sanitários e os sistemas de infraestrutura, o sistema de áreas verdes, o centro urbano e os centros cívicos, o zoneamento, a distribuição dos equipamentos de saúde e educação e habitação proletária. (Fernandes, 2014, p. 17)

Mário Leal, principal mentor do Plano, defendia que para elaboração de um planejamento para desenvolvimento urbano era necessário o entendimento do passado da cidade e a identificação científica nos elementos que influenciaram na sua evolução e na sua configuração presente. Entendia que era necessária a análise da evolução da sociedade através da compreensão dos fenômenos sociais, naturais, culturais, políticos e econômicos do passado que, em processo, estabeleceram a cidade como hoje ela se encontra. O urbanismo é tomado como uma ciência, com protagonismo da sociologia, a qual daria suporte estrutural à proposta urbanística. Isso demonstra influência de Patrick Geddes, que compreendia a cidade como um organismo evolutivo. Por outro

² As demais foram: Museus, Archivos, Bellas Artes, Civismo e Monumentos; Segurança Pública-Incendios; Viação aérea, terrestre, marítima e fluvial – Radio, telegrapho e telephone; Calçamentos, novas ruas e praças, construcções civis, postos, tuneis, viaductos. Theatros e casas de diversões, mercados e feiras; Funcionalismo publico, legislação e administração municipaes. Expropriações; Turismo, exposições, thermas e estações de cura; Model City Charter – Zoning; Producção e distribuição de energia elétrica, centraes electricas, quedas d’agua, industrias fabris e ruraes; Trafego urbano; Recursos para organização do projecto e execução dos trabalhos; Finanças municipaes e taxas de beneficio e fiscalisação; e Propaganda por todos os meios da necessidade de remodelação. Applausos e boas iniciativas. Coordenação das sugestões publicas (Fernandes, 2014).

³ Maiores referências e detalhes deste processo são trazidos por Fernandes (2014).

lado, havia, de maneira concomitante, certa aproximação com visão do modernismo progressista, em que a forma da cidade se apoiaria na substituição do velho pelo novo.

O plano do EPUCS buscou se apoiar em extensa – e intensa – pesquisa, que deveria dar base à reestruturação da capital baiana e conduzir o seu desenvolvimento urbano. O Escritório estabeleceu, como fundamentação metodológica, a elaboração de propostas a partir de “base rigorosamente científica”, tendo em vista investigações sobre o passado e observações da situação presente. De acordo com o documento “Diretrizes, Elaboração e Conclusões do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador”⁴ elaborado pelo EPUCS, “a fase inicial de estudos originaram extensas investigações e conclusões de ordem teórica e técnica, conduzindo preceitos e argumentos de ordem jurídica” (p. 2). O EPUCS ainda estabelece que

O estudo teórico das condições do meio físico da região – geologia, orografia, hidrografia, botânica, etc., - e das características étnicas, sociais e da saúde da população aí sediada, como base científica para uma preliminar, embora abstrata, solução dos problemas vitais da CIDADE – saneamento, zoneamento, tráfego, habitação, etc., - constitui [sic] a primeira etapa de um honesto Plano de Urbanização.⁵

Assim, as primeiras investigações se debruçaram sobre o meio físico e social, havendo ainda, segundo Costa (2009), estudos sobre o potencial econômico, a estrutura da cidade, serviços de utilidade pública, serviços sociais e legislação. As pesquisas que tinham como objeto a geomorfologia da cidade permitiram “reconhecer, definir e representar, de modo simples e intuitivo, a peculiaridade topográfica existente no caprichoso conjunto que apresenta o promontório sobre que assenta a Cidade”⁶. A elaboração de propostas pelo EPUCS parece ser fruto, além de pressupostos teóricos e metodológicos que se aproximavam do *townplanning* (Sampaio, 2015), da forma física encontrada, a qual é tomada e respeitada como uma “dádiva”⁷.

A compreensão a mais profunda e acurada possível da geomorfologia de Salvador constitui o espírito e o esqueleto do plano elaborado pelo EPUCS. É notável a busca por ter controle de todo o território da cidade – não apenas a sua porção ocupada. De fato, a primeira ação a ser realizada, e que já havia sido recomendada na Semana de Urbanismo de 1935, seria a execução do Serviço Cadastral da Cidade⁸. Isso se relaciona com a necessidade de trabalhar sobre o espaço urbano a partir do maior domínio possível, eliminando tanto quanto possível incertezas sobre o objeto de estudo e de intervenção.

Naturalmente, com a maior extensão e complexidade das intervenções urbanas, dados topográficos passam a ser imprescindíveis para a compreensão do território urbano, sem o que não seria possível, por exemplo, a implantação dos novos dispositivos técnicos de saneamento

⁴ Documento “BR BA AHMS PMS URB EPUCS 01.01.02/000.015”: Relatório de diretrizes, elaboração e conclusões do EPUCS. Disponível no Arquivo Histórico Municipal de Salvador.

⁵ Documento “BR BA AHMS PMS URB EPUCS 01.01.02/000.1180”: Estudo de Planejamento. Disponível no Arquivo Histórico Municipal de Salvador.

⁶ Documento “BR BA AHMS PMS URB EPUCS 01.01.02/000.015”: Relatório de diretrizes, elaboração e conclusões do EPUCS, p. 4. Disponível no Arquivo Histórico Municipal de Salvador.

⁷ Documento “BR BA AHMS PMS URB EPUCS 01.01.02/000.1180”: Estudo de Planejamento. Disponível no Arquivo Histórico Municipal de Salvador.

⁸ Os atrasos na elaboração deste serviço comprometeram a finalização dos trabalhos no prazo inicialmente acordado com o poder público municipal.

necessários e o atendimento às emergentes exigências da circulação urbana. Como aponta Beguin (1991),

Um dos pontos sobre os quais os engenheiros ingleses mais insistem refere-se ao papel essencial que deve ter, de agora em diante [séc. XIX], os dados topográficos em todos os trabalhos ligados à instalação do sistema sanitário. [...] O conhecimento das curvas de nível e das principais linhas de drenagem natural deve permitir organizar com maior eficiência e maior economia a drenagem artificial, uma complementando a outra, suprimindo suas falhas. (p. 43)

Isso é uma forma de estabelecer domínio sobre o território, que redefinirá o método com que se intervém sobre ele, a maneira com que propostas para a cidade serão elaboradas.

A necessidade de controlar e entender o território através da topografia se relaciona diretamente com a escala de abordagem e de intervenção sobre a cidade, que, a partir do século XIX, amplia-se significativamente para muito além do que é possível perceber com os limites do corpo. Torna-se então imprescindível que a extensão do espaço seja colocada numa dimensão dominável e facilmente mensurável. Buscam-se técnicas que possibilitem abarcar, de um único ponto de vista, uma área cada vez mais extensa e, ao mesmo tempo, mais afastada de si. Isso faz parte de um contexto no qual o mundo é apequenado⁹, e é pertinente trazer o que Benjamin (1987, p. 104) coloca a respeito da minituriarização, a qual ajuda “o homem a assegurar sobre as obras um grau de domínio sem o qual elas não mais poderiam ser utilizadas”¹⁰. Para Arendt (2007), uma das consequências do processo de miniaturização do mundo é a ampliação da possibilidade de mensuração do espaço, e, por conseguinte, de ter maior controle sobre ele.

O EPUCS procurou ter domínio sobre o território da cidade, estabelecendo-o a partir de uma racionalidade técnica, o que seria pré-condição aos trabalhos do Escritório. Talvez isso se tenha traduzido numa “vontade de verdade”¹¹ que parecia envolver o seu trabalho, dando fôlego à vasta pesquisa elaborada sobre aspectos geomorfológicos, higiênicos e modos de vida. Havia uma orientação eminentemente técnica e científica na análise e interpretação das investigações realizadas, assim como na definição de soluções para os problemas de saneamento e de habitação encontrados. De acordo com o documento do EPUCS “Estudo de Planejamento”¹², onde constam apontamentos sobre ideias que envolvem o Plano,

Somente à luz de extensos e rigorosos inquéritos sobre as condições de salubridade do meio, saúde e economia da população, a natureza das residências e as organizações básicas da atividade citadina atual – é possível projetar cientificamente a correção e o desenvolvimento da cidade, sem o empirismo das soluções acadêmicas. (p. 14)

Beguin (1991) dá a entender que é também no séc. XIX que ocorre uma mudança em relação à compreensão da salubridade do meio, pois essa passa a se dar a partir de elementos técnicos:

⁹ Juntamente, claro, com o aumento da capacidade de observação e da velocidade de locomoção.

¹⁰ Importante registrar que Benjamin traz esse pensamento a partir da reflexão sobre “métodos de reprodução mecânica”, mas entendemos que cabe ao que discutimos a respeito da dominação do espaço através de levantamento topográfico.

¹¹ Apropriamo-nos, aqui, da expressão de Foucault (2014). Segundo ele, por volta dos séculos XVI e XVII surge uma vontade de verdade que seria “[...] uma ciência do olhar, da observação, da atestação, certa filosofia natural inseparável, sem dúvida, do surgimento de novas estruturas políticas [...]” (p. 59)

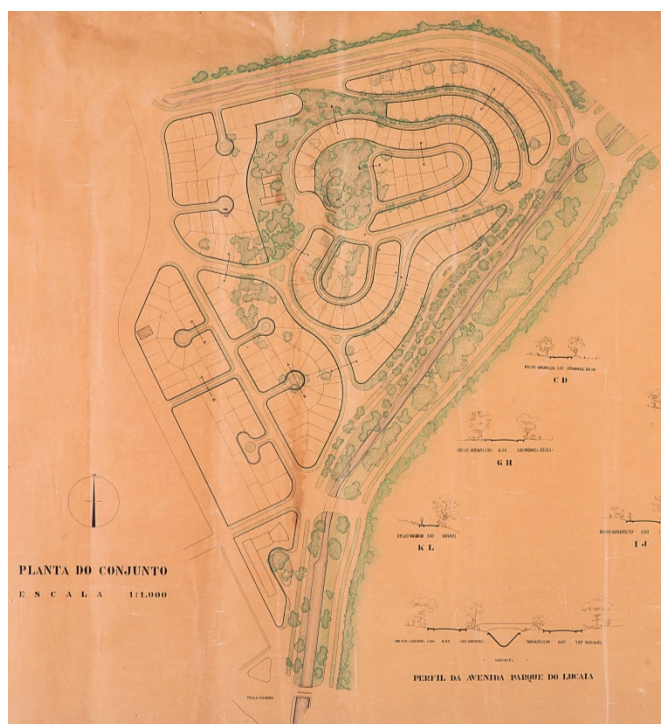
¹² Documento “BR BA AHMS PMS URB EPUCS 01.01.02/000.1180”: Estudo de Planejamento. Disponível no Arquivo Histórico Municipal de Salvador.

Com relação às descrições médicas anteriores [no séc. XVIII], uma outra diferença que pode ser notada é a redução do ambiente a seus componentes mais técnicos: os esgotos, o sistema de drenagem, o modo de limpar as ruas e coletar o lixo, a distribuição da água, as falhas arquitetônicas. [...]

Se o custo da doença pode ser enunciado em termos cada vez mais concretos e mensuráveis, a própria saúde torna-se um problema técnico que podemos controlar com a ajuda de engenheiros e artefatos sanitários. (p. 40)

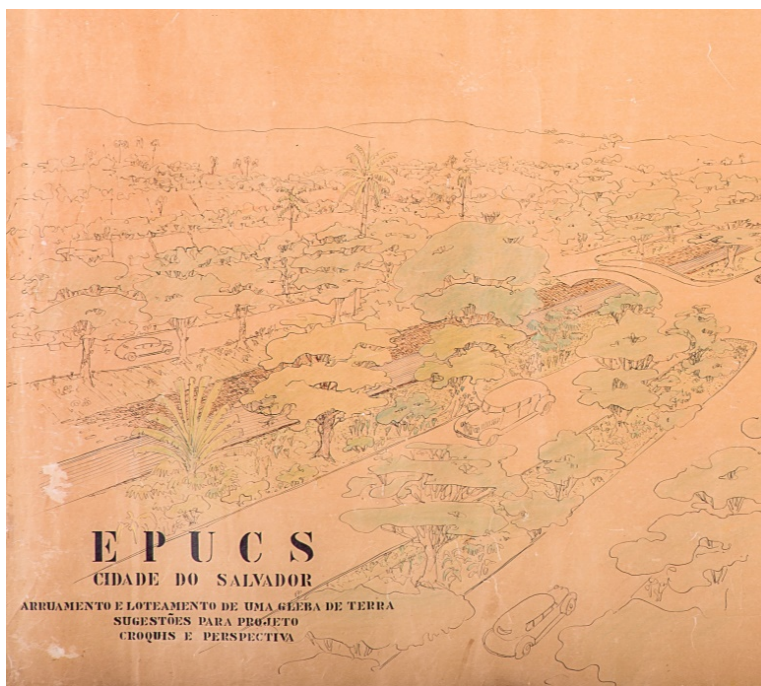
O EPUCS apresenta e defende suas propostas afirmando que canais bem implantados e valas “devidamente projetadas”, além de livrar a população do “mal terrível”, recuperarão áreas de relevante valor econômico¹³. Isso demonstra sua confiança no conhecimento e nos artefatos técnicos para solucionar o saneamento urbano, ao tempo em que relacionam salubridade e retorno econômico.

Beguín (1991) fala ainda que, “reduzida a dados geológicos e técnicos, a densidade histórica da cidade entra em curto-circuito, o apelo aos dados sensíveis fica descartado, o urbano fica banalizado em benefício de novas configurações operacionais” (p. 43). “Dados geológicos e técnicos” são, certamente, bases absolutamente fundamentais no trabalho do EPUCS. Não obstante, tendo tais informações como pressupostos, em locais de ocupação ainda rarefeita são elaboradas propostas buscando uma adequação respeitosa ao sítio, nas quais é possível perceber que houve considerações baseadas no sensível e na dimensão estética. Veja-se nas imagens abaixo, por exemplo, desenhos para loteamento e de via.



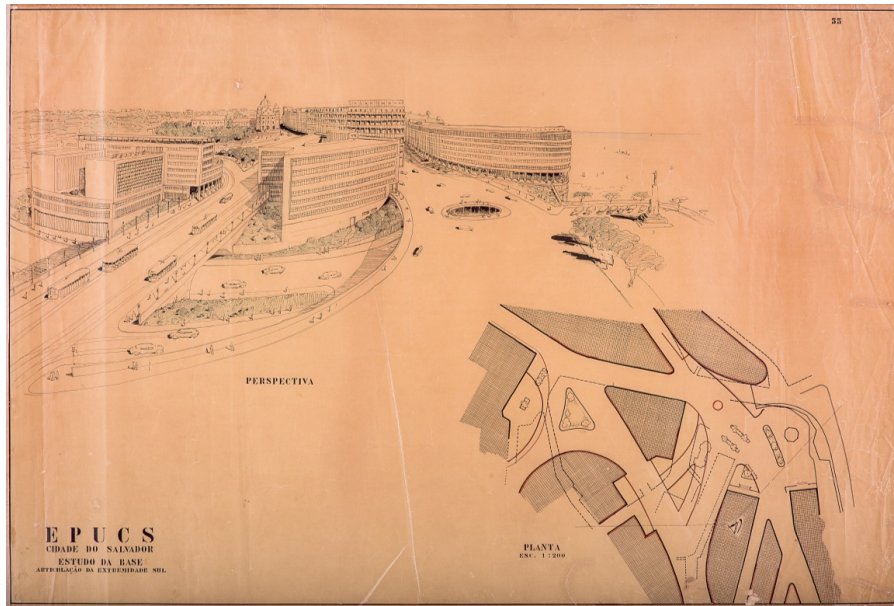
Recorte do documento BR BA AHMS PMS URB EPUCS 04.03.23/001.766: Cidade do Salvador – arruamento e loteamento de uma gleba de terra. Disponível no Arquivo Histórico Municipal de Salvador.

¹³ Documento “BR BA AHMS PMS URB EPUCS 01.01.02/000.015”: Relatório de diretrizes, elaboração e conclusões do EPUCS, p. 7. Disponível no Arquivo Histórico Municipal de Salvador.



Recorte do documento BR BA AHMS PMS URB EPUCS 04.03.23/001.767: Arruamento e loteamento de uma gleba de terra. Disponível no Arquivo Histórico Municipal de Salvador.

Por outro lado, quando observamos as proposições voltadas para localidades já ocupadas no centro tradicional e entorno, vemos que a “densidade histórica” é, de fato, posta em segundo plano em relação às propostas para a infraestrutura viária e para os novos edifícios, calcadas em pressupostos formais, técnicos e ideológicos de viés modernistas, que substituiriam construções que não tivessem status de monumento representativo. É como se houvesse reverência à preexistência geomorfológica, mas quase nenhuma em relação à ocupação urbana. Como pode ser visto na imagem abaixo, remodela-se completamente trecho do centro antigo de Salvador, conservando-se apenas o Mosteiro de São Bento (visto ao fundo) e a estátua do poeta Castro Alves (vista à direita).



Projeto para trecho do centro antigo de Salvador, abrangendo área da Praça Castro Alves e da Barroquinha, com completa remodelação da antiga cidade. Documento BR BA AHMS PMS URB EPUCS 04.03.23/001.764. Disponível no Arquivo Histórico Municipal de Salvador.

Em relação à saúde pública, o EPUCS entendeu que esta é um problema urbanístico a ser equacionado pelo poder público que envolve, além das redes de saneamento (drenagem, abastecimento de água e de coleta de esgotos), a habitação proletária e a educação física, os quais são pensados tanto em seus campos específicos quanto em suas interdependências com outras dimensões do planejamento das cidades. De maneira precursora, considera, ainda, a poluição do ar, a privação da luz, prevenção e controle de ruídos, regulação de alimentos e drogas, além de atendimento médico e hospitalar, sendo que, no âmbito deste trabalho, não foi possível averiguar até que ponto tais questões são detalhadas. Mas é possível dizer que são tomadas, como questões estruturantes inseridos do escopo do saneamento, a drenagem (superficial e do subsolo), o abastecimento de água, o esgoto sanitário, as áreas de lazer e esporte e as “residências higiênicas”¹⁴. Tem-se, com isso, que o entendimento do EPUCS sobre saneamento é significativamente mais amplo que o par água-esgoto¹⁵.

A postura do EPUCS em relação ao problema do saneamento amplia substancialmente a forma com que este, predominantemente, vinha – e ainda vem – sendo considerado no território nacional, que o reduzia a abastecimento de água e escoamento dos esgotos¹⁶. E, evidentemente, os técnicos do EPUCS não ignoravam esta questão: vale citar que, no acervo do Escritório, consta o

¹⁴ Documento “BR BA AHMS PMS URB EPUCS 01.01.02/000.015”: Relatório de diretrizes, elaboração e conclusões do EPUCS, p. 2. Disponível no Arquivo Histórico Municipal de Salvador.

¹⁵ Documento “BR BA AHMS PMS URB EPUCS 04.01.02/000.1130”: Apontamento sobre Saneamento Público em Salvador. Disponível no Arquivo Histórico Municipal de Salvador.

¹⁶ E não é possível deixar de mencionar que, a despeito da evolução das leis e planos de saneamento vigentes no país, na grande maioria das cidades brasileiros o saneamento, ao se efetivar no território, se resume ainda a abastecimento de água e esgotamento sanitário.

documento “Problema Sanitário Nacional”¹⁷, o qual, de maneira explícita, se propõe a tratar somente dos problemas da água e do esgoto (Andrade, 1946).

São particularmente extensos os registros fotográficos e os inquéritos sobre as condições de moradia, de saúde, social e econômica da população. Além de pesquisa indireta, realizada com dados do Censo Demográfico de 1940, foram realizadas investigações diretas, coletando dados dos edifícios (tipologia, conforto, valor locativo, população residente, característica construtiva), da composição familiar, das atividades econômicas da família, das despesas familiares, das condições de saúde e epidemiológica (Salvador, 1976, p. 139). Com isso, tem-se que

O índice de moléstias infecto-contagiosas e ‘focos potenciais de peste, enfim o baixo estado geral de saúde dessas populações, evidenciado pela pesquisa sanitária, consubstanciaram a ‘significação social’ que o Escritório procurou dar ao estudo, com vista a encontrar ‘uma solução honesta para o problema da habitação do estrato inferior da população’. Solução que atentasse não somente para ‘as exigências do abrigo, mas também a assistência social, médica, educativa, sem a qual as forças da miséria continuarão arrastando para baixo, em numero cada dia mais elevado, pessoas que poderiam ser uteis à comunidade, se favorecidas com tratamento social adequado’. (Salvador, 1976, p. 145)

Assim, no âmbito dos levantamentos realizados pelo EPUCS, a moradia não significa um objeto construído: além das condições estruturais, adensamento e salubridade interna ao edifício, compreende que é um conjunto de condições que tornam o ambiente de casa dentro de determinados parâmetros de habitabilidade, perpassando desde o sistema construtivo até o atendimento por infraestrutura de saneamento e por serviços sociais. Confirmando a citação acima, a tese elaborada pelo EPUCS sobre habitação defende que a “verdadeira solução do problema” é

Proporcionar a casa dentro de concentrações adrede preparadas, isto é – com os serviços gerais de saneamento, higiene e conforto compatíveis com a própria dignidade humana; com escolas, desde o maternal e de atividades domésticas até a profissional, desde o jardim-de-infância ao curso primário e secundário (devidamente proporcionado a este); com os campos esportivos, as cooperativas de consumo, os cultos religiosos e, acima de tudo, o serviço social ativo, proporcionador e coordenador dos demais [...]. (Salvador, 1976, p. 118)

O habitat do estrato mais pobre da população é entendido como um problema do Estado, dado que esta se faz cada vez mais dispendioso e complexo diante de novas exigências de “saúde pública, decência, conforto e intimidade”¹⁸. Ao lado disso, o Escritório defende e propõe que a moradia deve estar próxima aos locais de trabalho, de modo a minimizar os custos de deslocamento da classe trabalhadora.

¹⁷ Relatório sobre o Problema Sanitário Nacional. Documento “BR BA AHMS PMS URB EPUCS 04.01.02/000.1135”. Disponível no Arquivo Histórico Municipal de Salvador.

¹⁸ Documento “BR BA AHMS PMS URB EPUCS 04.01.02/000.1130”: Apontamento sobre Saneamento Público em Salvador. Disponível no Arquivo Histórico Municipal de Salvador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como mencionado, um dos pontos mais relevantes nas pesquisas e conclusões de Chadwick foi a constatação da relação existente entre a qualidade do habitat, as doenças que incidem sobre a classe trabalhadora e as perdas na economia. Isso vai sendo tomado, por variados agentes envolvidos na reformulação da cidade, como um dos principais argumentos da defesa e justificativa dos gastos com infraestrutura de saneamento, na medida em que os valores investidos seriam recuperados com a melhora na saúde do trabalhador e consequente diminuição de faltas ao trabalho, ganhos de produtividade e menores demandas por serviços sociais.

Parece haver uma preocupação social subjacente ao defender a implantação de redes de água, esgoto e drenagem e a melhora das habitações, mas essa questão só teria fundamento e agregaria agentes, com poder político-econômico necessário, em prol da causa se fosse tratada – e, certamente, reduzida – a uma questão econômica. É como se o foco do problema, para ser solucionado, tivesse que ser transferido da população que vive em situação de insalubridade para a otimização da produção e da economia.

Embora em suas justificativas para a adequação sanitária da cidade o EPUCS não mencione a relação entre adequação sanitária e retorno econômico, o Escritório, dada a formação e atualização de seus técnicos, tinha, evidentemente, ciência desta relação. Ademais, segundo o já aqui mencionado relatório “Problema sanitário nacional”¹⁹, o problema do saneamento se insere na preocupação com a economia coletiva, o que reproduz a constatação de que ambientes não saneados e a ocorrência de mortes e de enfermidades causam prejuízos econômicos. Não obstante, é certo que o EPUCS considerou o valor social da infraestrutura de saneamento e, a julgar pelas justificativas elaboradas, pela extensão das pesquisas sociais realizadas, fotografias tomadas do estrato mais pobre da população e das propostas elaboradas para habitação popular, entendemos ser possível dizer que a melhoria da qualidade de vida da população é o foco do EPUCS quando este aborda o saneamento, habitação e a saúde pública. Na afirmação de Sampaio (2015) sobre o Escritório, “a ideia-força centrada num Estado de bem-estar social é explícita” (p. 199).

Um último ponto que gostaríamos de pensar sobre o EPUCS a partir do artigo de Beguin (1991), diz respeito à contraposição feita por este autor em relação às intervenções sanitárias feitas em Londres com aquelas feitas em Paris, ambas no séc. XIX. Segundo ele, na capital francesa as intervenções feitas por Haussmann tinham caráter espetacular, enquanto que, na Inglaterra, elas se davam independente de apelos estéticos/sensíveis. Nesse sentido, os ingleses, para o autor, seriam mais modernos posto que

[...] o desenho urbano não é externo à empreitada de saneamento, nunca é em relação a uma procura por efeitos visuais que ele se transforma, mas sim em relação estrita com um conjunto de dados técnicos e econômicos ligados ao modo de funcionamento deste aparelho. (Beguin, 1991, p. 44)

Se nos perguntarmos a que lógica fundamental se submete a infraestrutura proposta pelo EPUCS, certamente veremos que não era o embelezamento, ainda que, de maneira subjacente, fossem considerados os efeitos visuais resultantes das soluções viárias e de saneamento. Nesse sentido, o

¹⁹ Documento “BR BA AHMS PMS URB EPUCS 04.01.02/000.1135: Relatório sobre o Problema Sanitário Nacional. Disponível no Arquivo Histórico Municipal de Salvador.

Escritório coloca, dentre os apontamentos do documento “Estudo de Planejamento”²⁰, que “as tradições de espiritualidade e de cultura da Cidade do Salvador, e a beleza e o pitoresco de sua paisagem tropical, dispensam o luxo das avenidas monumentais e a ostentação de grandes massas arquitetônicas”.

Ademais, a articulação entre redes de saneamento e comunicação viária, assim como fez Wren para Londres (Beguin, 1991, p. 44), é uma das propostas fundamentais e estruturantes no planejamento do EPUCS. A solução para ambos é encontrada a partir de um denominador comum, que é a geomorfologia, o que possibilitou estabelecer, tanto para a infraestrutura viária, quanto para redes de drenagem, abastecimento de água e coleta de esgoto as mesmas diretrizes gerais.

As considerações aqui colocadas sobre ideias e fundamentos que conduziram as proposições do EPUCS para o saneamento e o habitat da cidade de Salvador são, naturalmente, uma introdução a estas amplas e intrinsecamente relacionadas questões. As pesquisas, desenhos e demais documentos remanescentes da produção do Escritório demandam investigações mais extensas que, não há dúvida, contribuirão no entendimento da constituição do urbanismo enquanto disciplina no Brasil, assim como trará novas perspectivas sobre o pensamento urbanístico neste país durante a primeira metade do séc. XX. Nesse sentido, seria importante e instigante fazer uma análise direta sobre as pesquisas de Chadwick na primeira metade do séc. XIX, buscando verificar e compreender possíveis reverberações na maneira com que se tenta entender as cidades brasileiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, José Quirino de. O problema sanitário nacional. Arquivo da Comissão Nacional de Estudos e Planos. Acervo EPUCS: Documento BR BA AHMS PMS URB EPUCS 04.01.02/000.1135. Disponível no Arquivo Histórico Municipal de Salvador. maio de 1946.
- ARENDR, Hannah. A condição humana. 10ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- BEGUIN, François. “As maquinarias inglesas do conforto.” Espaço e debates, n. 34 (1991): p. 39-54.
- BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política. 3ª edição. Vol. 1. São Paulo: Editora brasiliense, 1987.
- CHOAY, Françoise. O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia. 6ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- COSTA, Eduardo A. Galvão. Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (EPUCS): a modernização da estrutura urbana. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009.
- EPUCS, Acervo. Estudo de Planejamento. Documento BR BA AHMS PMS URB EPUCS 01.01.02/000.1180. Disponível no Arquivo Histórico Municipal de Salvador, s.d. (a).

²⁰ Documento “BR BA AHMS PMS URB EPUCS 01.01.02/000.1180”: Estudo de Planejamento. Disponível no Arquivo Histórico Municipal de Salvador.

_____. Relatório de Diretrizes, Elaboração e Conclusão do EPUCS. Documento BR BA AHMS PMS URB EPUCS 01.01.02/000.015. Disponível no Arquivo Histórico Municipal de Salvador, s.d. (b).

EPUCS, Acervo. Apontamento sobre Saneamento Público em Salvador. Documento BR BA AHMS PMS URB EPUCS 04.01.02/000.1130. Disponível no Arquivo Histórico Municipal de Salvador, s.d. (c).

FERNANDES, Ana (org.). Acervo do EPUCS: contextos, percursos, acesso. 1ª edição. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2014.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

SALVADOR, Prefeitura Municipal. Órgão Central de Planejamento. EPUCS: uma experiência de planejamento urbano. Salvador, 1976.

SAMPAIO, Antonio Heliodorio Lima. Formas urbanas: cidade real & cidade ideal; contribuição ao estudo urbanístico de Salvador. Salvador: Quarteto, 2015.